

## Apresentação

### O Atlântico Literário em Perspetiva: contributos para uma reflexão em aberto

No quadro daquela que, ao longo das últimas décadas tem constituído uma abertura mais notória e descomplexada dos estudos literários à dimensão referencial dos textos, também se tem assistido a uma crescente valorização de todas as dinâmicas que implicam o espaço ou a espacialidade. Uma tal disposição vem ainda ao encontro da perceção mais generalizada do carácter mundial, ou globalizante do fenómeno literário, e do propósito de o cartografar (Moretti 1998), ou de nele ver reconhecidos desafios e potencialidades geocríticas (Westphal 2007) e geopoéticas (Collot 2014; White 2014).

A partir da segunda metade do século XX, na academia norte-americana, os chamados “estudos de área” tinham já sido uma tentativa de reorganizar os departamentos e *corpora* de investigação, com base em agrupamentos que transcendiam as fronteiras nacionais. No entanto, cedo viriam a ser acusados de potenciar uma visão monolítica do mundo, e/ou de incorrer numa obsolescência geopolítica fomentadora de novas formas de hegemonia cultural.

A recente proposta de um domínio de investigação em torno do “Atlântico literário” (Moura/Porra, 2015) terá, pois, de ser entendida na sequência de sucessivos reajustamentos de um campo epistemológico a partir de uma base geográfica (não apenas num dado território nacional), mas cada vez mais de acordo com dinâmicas de relação que extravasam da simples comparação entre contextos nacionais, como se fossem blocos homogéneos a coincidir com fronteiras terrestres. Dir-se-á então que o “Atlântico literário” representa uma proposta de cartografar um *corpus* geográfico e histórico, física e

simbolicamente fluido, intrinsecamente heterogêneo e variável.

Se é certo que a ideia do Atlântico como unidade, ou inclusive como metáfora de transnacionalidade, começou a ser explorada após a 2ª Guerra Mundial, por historiadores franceses interessados nos temas do colonialismo e da escravatura, passando depois a captar também a atenção de outras áreas das ciências sociais e humanas, não é menos verdade que as vertentes de travessia, trocas e transferência, intrínsecas ao oceano Atlântico como vasto e fluido referente, não foram ainda suficientemente analisadas. A esse nível, exceções como Paul Gilroy em *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness* (1993); Nancy P. Naro *et alii* em *Cultures of the Lusophone Black Atlantic* (2007); Joseph Roach em *Cities of the Dead: Circum-Atlantic Performance* (1996) ou Michael Malouf em *Transatlantic solidarities* (2009), são obviamente de realçar, embora se circunscrevam respetivamente à diáspora negra e ao universo britânico ou lusófono; a rituais culturais; à performance teatral e musical ou, no último caso, à literatura irlandesa e às Caraíbas anglófonas. As próprias histórias literárias de base nacional que têm explorado a ideia de diálogos transatlânticos, restringem-se por norma a relações biunívocas e a espaços dicotómicos como Portugal-Brasil, Brasil-África, Espanha-América Latina, entre muitos outros pares possíveis.

Várias vozes autorizadas e oriundas de diferentes áreas geolinguísticas têm-se mostrado bastante reticentes em relação à proposta teórica-crítica de um campo de estudo centrado no Atlântico literário. Isso por verem nele apenas uma moda acomodada às redefinições geopolíticas decorrentes da globalização, não lhe reconhecendo nem avanços nem relevância científica significativos face a outras perspetivas, vindas seja dos estudos temáticos seja dos estudos pós-coloniais. Além disso, há mesmo quem suspeite existir nessa “moda” a reconfiguração de uma área presa a categorias e conceitos marcados por ideários e línguas imperiais.

São exatamente essas reservas que não queremos nem podemos elidir, sob pena de simplificarmos a problemática e de perdermos a oportunidade de promover a discussão, o que nos parece bem mais produtivo para o avanço do conhecimento, do que a simples glosa de mais uma categoria. Nesse sentido, e a título de exemplo, lembramos, do lado hispânico,

o debate teórico que opôs Abril Trigo (2012) a Julio C. Ortega quanto à suposta lógica utilitarista do Atlântico como avatar neocolonialista, capitalizada pelas antigas potências coloniais numa subtil dinâmica compensatória no contexto global; ou ainda, do lado francófono, as reticências de Véronique Porra (2015) quanto à eventual recuperação temática da ficção em francês fora do Hexágono. Também não deixámos de solicitar, de modo informal numa entrevista via e-mail, a opinião autorizada de académicos de várias áreas linguísticas e culturais sobre as virtualidades de uma abordagem transatlântica da literatura.

De acordo com François Provenzano, Professor de Sociologia da Literatura na Universidade de Liège, que se tem debruçado sobre a historiografia literária e a francofonia literária em contexto global, a “categoria de Atlântico literário” não passa de mais um “avatar” da já longa lista de propostas historiográficas e críticas para se ultrapassar a ligação, de raiz romântica, entre nação, língua e literatura. Provenzano insiste sobretudo no facto de, em sua opinião, a categoria “Atlântico” continuar a oferecer para um *corpus* literário, bem como para os períodos e problemáticas que lhe são inerentes, uma chave de leitura maioritariamente determinada pela história imperialista europeia. Por último, considera que uma das razões que pode explicar as reticências que este paradigma suscita tem a ver com “la pluralité des réalités culturelles qu’il embrasse [qui] oblige nécessairement à relativiser la conception strictement esthétisante de la littérature, ce qui peut sans doute aussi apparaitre comme le signe d’une forme d’obsolescence de ladite conception”.<sup>1</sup>

Em contrapartida, os nossos dois restantes interlocutores diretos manifestam-se de modo abertamente positivo perante a aposta teórica em apreço. No caso de Julio C. Ortega, este reconhecido Professor de Estudos Hispânicos na Brown University, que se vem dedicando há anos à perspetiva transatlântica, começa logo por esclarecer:

Los estudios transatlánticos no postulan un canon crítico ni tampoco una metodología académica. Buscan en primer lugar cuestionar la tradicional hegemonía española sobre el estudio de las literaturas nacionales latinoamericanas. Para abrir un espacio de interacciones y textualidades que, entre ambas orillas del idioma, dan forma a un diálogo interactivo, polémico, de contaminación

mutua. Pero no solo con España, también con otras tradiciones, europeas y americanas. Por lo mismo, trabaja sobre la hibridez del español y las lenguas originarias.

E adianta:

Por otro lado, la crítica transatlántica busca reformular la literatura nacional desde sus varias fuentes, contaminaciones, y tradiciones. Se proyectan, así, sobre orillas y muros; y atienden al proceso de heterogeneidad, mezcla y tramas en proceso. Más decisivo es que los estudios T-A buscan superar, exceder, re-tramar, el tradicional dualismo de nuestras lecturas. Sigue en ello la lección de Stuart Hall, quien en uno de sus últimos trabajos, cuestiona la tradición dialéctica y postula la necesidad de abrir nuevo espacio en la heterogeneidad, y señala como camino los estudios de la cultura popular hechos por Bajtín.

Por sua vez, Onésimo T. Almeida, igualmente Professor na Brown University, com longa reflexão histórico-filosófica sobre as vertentes sociais e culturais das travessias do Atlântico, em especial no domínio lusófono, começa por lembrar que:

Os Estudos Transatlânticos existem há muito na história da cultura portuguesa porque a história de Portugal foi, desde o século XV, transatlântica e global. Portugal envolveu-se primeiro do que nenhum país europeu, no processo de expansão como colonizador. Depois, a partir do século XVII e sobretudo XVIII, também como país de emigração. No século XX essa emigração deixou de dirigir-se exclusivamente para as colónias ou para a antiga colónia do Brasil e assim a América do Norte entrou em cena. Todas essas ligações transatlânticas vêm sendo há muito estudadas. Especificamente na área da Literatura, algo também tem sido produzido acerca desse relacionamento para fora do espaço linguístico nacional. O cânone literário tradicional é que não lhe tem prestado a devida atenção.

E neste sentido, acrescenta, aquilo que considera ser uma das principais virtudes da perspectiva transatlântica, pressupondo a aceitação de uma abordagem que seja efetivamente plural:

Assim, se alguma perspectiva se me afigura potencialmente inovadora será a devida legitimação dos estudos diretamente focados nesses relacionamentos intercontinentais. Sendo quase global o espaço historicamente coberto pelos portugueses, ele é também necessariamente diverso e complexo, daí

que um olhar de revisitação das trocas culturais que deram origem a sincretismos híbridos possa ser portador de renovadas perspectivas, tanto mais que temos hoje consciência de novas formas de olhar, quer o Outro quer nós próprios. Dada a múltipla variedade de abordagens teóricas contemporâneas, esta, dita transatlântica, terá de partir de uma atitude plural.

Relativamente a alguns dos receios que têm obstaculizado a aceitação da proposta metodológica de transatlântico, o professor e ensaísta escreve sem rodeios:

Todavia se, por receios de incorreção política, nos ativermos à convicção de que quaisquer juízos serão preconceituosos e prejudiciais, não valerá a pena sequer nos empenharmos em análises de qualquer ordem. Só a noção assumida de que o mundo está cheio de diferenças permitirá estudos interessantes e informativos sobre essas diferenças e as suas razões. A apreciação da riqueza da diversidade, percebida e interpretada com a isenção de quem está disposto a colher o que o real lhe colocar diante dos olhos, é que me parece uma atitude saudável. Só assim se poderá eliminar sobranças hegemónicas e paternalistas, por um lado e, por outro, ressentimentos excessivamente fixados em passados que desejamos atualmente avaliar sob novos ângulos críticos. Quer tudo isto dizer que sob a égide dos Estudos Transatlânticos se pretende justamente escapar a qualquer tentativa de hegemonia da parte dos estudiosos de um país que foi colonizador e imperialista. O seu mais importante objetivo será antes visitar toda uma complexa problemática a partir de uma perspectiva contemporânea despida de antigos preconceitos.

Consideradas as reservas, e ponderados aqueles que podemos ver como argumentos defensivos, mantemos a convicção de que uma leitura transatlântica da literatura apresenta potencialidades de análises transversais em vários sentidos, permitindo abordagens literárias e culturais, não só para lá da habitual lógica territorial, mas também sensível a uma mundivisão *decolonial* (para usarmos um termo amplamente explorado por Walter Dignolo, entre outros autores). Não deixa, contudo, de ser verdade que existe uma resistência por parte de várias instâncias do universo da crítica para se libertar de moldes de pensamento e de leitura que extravasam de lógicas interiorizadas de poder imperial, reproduzidas muitas vezes inconscientemente, sob a forma de estudos a partir seja de recortes nacionais e monolíngues, seja de relações simplesmente biunívocas. A própria

preparação deste número temático, com inúmeras propostas nesse sentido, veio confirmar-nos essa tendência.

Feita a devida triagem própria de uma publicação com avaliação científica por pares em regime de *blind review*, os contributos críticos reunidos neste número ilustram, em várias línguas, também elas “atlânticas”, a progressiva emergência de *corpora* e de abordagens que visam corresponder às dinâmicas literárias e artísticas próprias de uma plataforma fluida de análise como o Atlântico, explorando nela sinais de convergências ou especificidades, sinergias, trocas, cumplicidades e conflitos.

Naturalmente, este número temático não tem a pretensão nem de encerrar o debate, nem de apresentar uma visão definitiva de um campo de estudos intrinsecamente transitivo ou de transições. Limitamo-nos a chamar a atenção para o transatlântico (com um prefixo de acentuação) enquanto plataforma capaz de articular o local e o global. O desafio deste campo passa necessariamente pela criação de novos *corpora* de estudo capazes de dar conta das diversas realidades que se cruzam (ou se podem cruzar) nas travessias atlânticas fora da rigidez territorial e linguística. Além disso, estamos cientes de que a perspetiva transatlântica do fenómeno literário concorre para novos capítulos da História da cultura ocidental, desde logo porque pode contribuir para um efeito imprevisível, mas benéfico, de alastramento a outras artes, ritmos e manifestações culturais, religiosas e etnográficas, que também ganham em serem consideradas a partir das dinâmicas e dos fluxos envolvidos pelo oceano Atlântico.

*Ana Paula Coutinho*

*Leonor Simas-Almeida*

*Patrícia Martinho Ferreira*

*José Domingues de Almeida*

## NOTA

---

<sup>1</sup> Para melhor contextualizar as suas reservas, optamos por citá-lo aqui na íntegra: “D’abord, il me semble intéressant de resituer ce paradigme dans l’histoire (désormais assez longue) des “alternatives” historiographiques et critiques proposées face à l’équation romantique dite “traditionnelle” associant un espace politique national, une langue, et une littérature. En réalité, ce modèle n’a cessé d’être contesté et problématisé, dès ses origines. Loin d’être une rupture radicale, la catégorie d’Atlantique littéraire m’apparaît donc plutôt comme un énième avatar d’une longue série.

Ensuite, ces étiquettes métalittéraires, tout “alternatives” qu’elles apparaissent, n’en sont pas nécessairement plus neutres ou plus objectives que celles auxquelles elles s’opposent. En tout cas, je ne crois pas qu’on puisse leur reconnaître de vertus intrinsèques: leur évaluation implique de considérer au moins deux de leurs déploiements, l’un en amont, l’autre en aval. En amont, les étiquettes métalittéraires comme celle de l’Atlantique ne tombent pas du ciel éthéré des idées, ni ne sont le pur produit d’une dialectique interne à la sphère de la Théorie littéraire, mais s’ancrent dans des contextes institutionnels précis, qui en orientent les enjeux. Elles s’articulent à des instances de légitimation (prix, structures éditoriales, anthologies, etc.), et/ou à des collectifs d’écrivain.e.s (rassemblés par des affinités générationnelles, esthétiques, politiques, etc.), et/ou également à des lieux de production et de circulation des savoirs métalittéraires (départements d’enseignement, centres de recherche, etc.).

En l’occurrence, il semble évident que la catégorie d’Atlantique littéraire s’articule, *a minima*, à l’enjeu académique d’un transfert entre la sphère anglo-saxonne (qui développe ces thématiques depuis plusieurs années) et la sphère francophone (qui s’en est emparée plus récemment). Cela ne disqualifie pas pour autant ladite catégorie, mais permet au moins d’en complexifier les enjeux et la nécessité.

En aval, les catégories métalittéraires appellent des gestes historiographiques, critiques et axiologiques, qui ont souvent bien plus d’effets que le simple changement d’appellation qui les soutient. Tenir un discours sur la production littéraire implique nécessairement des prises de position quant à la manière de considérer l’historicité de cette production (fût-ce pour récuser la pertinence même de toute prise en compte de l’historicité), qui se manifeste dans des opérations de périodisation, de cadrage, de mise en récit (“origines”, “évolutions”, “déclins”, “reprise”, etc.). Le discours métalittéraire sélectionne également un corpus, et y applique des axiologies plus ou moins explicites, et plus ou moins exogènes. L’établissement de la “valeur” d’un texte littéraire et de sa position relative dans une classe de textes (qu’on l’appelle “canon”, “contre-canon”, “marges”, “exceptions”, “bons exemples”, etc.) n’est pas le moindre des effets qui découlent de l’adoption d’une catégorie métalittéraire plutôt qu’une autre, c’est-à-dire, de l’adoption d’une grille de problématisation de l’intérêt qu’on trouve à vouloir (faire) lire des textes.

En l’occurrence, l’Atlantique littéraire rejoue la réfutation (déjà ancienne) du primat accordé à la linéarité chronologique, au profit des multipolarités topologiques, dans la manière d’organiser la production

de savoirs sur la littérature. Cela n'évacue pas pour autant toute opération de sélection et de découpage, ni toute forme de hiérarchisation des valeurs littéraires en jeu (il suffit de considérer les index des ouvrages relevant de ce paradigme pour s'en faire une première idée). Outre un privilège qui me semble accordé aux textes qui épousent eux-mêmes la forme et l'enjeu de la narration historique, le paradigme atlantiste présente une clé d'entrée (sur les corpus, sur les problématiques, sur les périodes) qui demeure majoritairement déterminée par l'histoire impérialiste européenne – même s'il s'agit bien de pluraliser les points de vue possibles sur cette histoire.

Ici non plus, mon intention n'est pas de disqualifier *a priori* cette perspective d'étude, qui me semble en réalité offrir des apports cruciaux pour la manière de penser la place des littératures dans l'histoire. Parmi ces apports, je pointerai d'abord l'ouverture plurilingue. C'est une dimension qui était finalement fondatrice du rapport savant à la littérature (tous les premiers grands philologues et historiens des littératures avaient cette ouverture plurilingue), et qui s'est ensuite perdue avec l'imposition scolaire du modèle historiographique romantique monolingue. C'est en somme clairement sur le terrain du comparatisme que se situe la proposition de l'Atlantique littéraire; or la tradition francophone, bien qu'elle ait largement contribué à la reconnaissance de la pluralité *des français* comme langues d'écriture, résiste encore à considérer que le fameux "dialogue des cultures" n'est précisément pas l'apanage de la sphère francophone, et que les connotations parfois iréniques associées au terme "dialogue" s'ajustent mal aux dimensions ouvertement conflictuelles prises en charge par le comparatisme atlantiste. On peut apprécier également le souci de proposer une problématisation réellement *intégrée* des enjeux sociopolitiques, des dynamiques géoculturelles et des formes d'écriture. C'est finalement, à mes yeux, l'horizon idéal de toute étude de la littérature, mais qui appelle l'élaboration d'une solide méthodologie, pour éviter la dispersion et la simple juxtaposition des cas d'étude.

Enfin, je reconnais encore au paradigme atlantiste le souci d'embrasser un large continuum de discours, tant ceux considérés comme strictement "littéraires", que ceux qui gravitent aux abords de la sphère des écrits à finalité esthétique. C'est d'ailleurs peut-être l'une des raisons qui peut expliquer les réticences que suscite ce paradigme: la pluralité des réalités culturelles qu'il embrasse oblige nécessairement à relativiser la conception strictement esthétisante de la littérature, ce qui peut sans doute aussi apparaître comme le signe d'une forme d'obsolescence de ladite conception".